

04 JUL 1987

Especialistas discutem perspectivas da educação

por Claudia Izique
de São Paulo

As novas regras do mercado internacional desafiam as políticas educacionais de países europeus, asiáticos, americanos e latino-americanos. A dois anos de sua unificação, a Europa garante a livre circulação de pesquisadores, professores, estudantes e reconhece diplomas universitários obtidos em qualquer um dos doze países-membros. O Japão define áreas prioritárias de pesquisas médicas, engenharia especial e nuclear e biotecnologia. Os Estados Unidos avaliam a eficiência de seu sistema educacional, enquanto na América Latina se busca saídas para o "atraso".

Diagnósticos da realidade educacional da Ásia, América do Norte, Europa e América Latina foram os temas de abertura do I Congresso Mundial de Educação, promovido pela Confederação Mundial de Ensino Privado (COMEP), que iniciou ontem, em São Paulo. Os debates seguirão até amanhã.

A meta de uma reavaliação de sistemas educacionais é assegurar um nível de qualificação adequado, eficiente e competitivo. A educação ajuda a criar "as condições necessárias para a coesão econômica e social da comunidade", avalia Alvaro Fernandez Martínéz, vice-presidente da Confederação de Ensino Independente da Comunidade Econômica Européia, conforme apurou a repórter Rosângela Capozoli.

"O nosso sistema não forma mais recursos humanos em condições de concorrência com a economia mundial", diz Alex de Jorge, especialista americano em educação. A implementação de novas tecnologias implica um investimento de milhares de dólares, segundo Jorge, para a requa-

lificação de funcionários. "No Japão, os operários recebem o manual de instrução e se reciclam. Eles têm escolaridade melhor que a do operário médio americano", ele completa.

No Japão a educação de primeiro e segundo graus é, fundamentalmente, responsabilidade do Estado que investe US\$290 bilhões anualmente na educação. Mas grande parte das universidades é privada, diz Masanori Fukushima, representante da Sociedade Japonesa para a Promoção da Ciência. Nos Estados Unidos e América Latina, onde a participação do Estado em todos os níveis de formação é preponderante, a formação de recursos humanos coloca em discussão a qualidade do ensino público. "Temos que rediscutir a atuação do setor privado", considera o americano.

"O Estado deveria atuar nas áreas onde o setor privado não opera e com uma ação subsidiária e complementar", avalia Edgardo Vicenzi, presidente da COMEP. As escolas, ele diz, deveriam funcionar como "empresas sociais" e operar com critérios de eficiência e excelência.

A participação do Estado na educação também está em debate na América Latina.

Na Costa Rica o governo do presidente Rafael Angel Calderon programa uma reforma do Estado — "maior racionalização de recursos" — que deverá resultar numa reforma educacional, diz Ana Katcharina Muller, especialista em educação da Universidade Latino-Americana de Ciência e Tecnologia e que assessora o governo federal. Na Argentina, onde também prevalece o ensino público, a melhoria do nível de educação "é urgente", na avaliação de Omar Lima Quintana, reitor da Universidade de Morón.